



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas

ATA DE REUNIÃO

Ata da 1ª Reunião Ordinária do CONFERT

Data e Horário: 29 de novembro de 2023 (quarta-feira) às 14h.

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco J, sala 814 – 70.053-900 – Brasília/DF.

Lista de presentes em anexo (Documento SEI nº 38889801).

1 ABERTURA DA REUNIÃO

O Presidente em exercício, o excelentíssimo senhor Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, na qualidade de presidente do Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas - CONFERT, realizou a abertura da reunião, cumprimentando os presentes. Apontou que a missão do Plano Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas - PNF é diminuir a dependência externa no setor de fertilizantes, destacou a importância da indústria petroquímica para o País, que teria sido beneficiada recentemente pela reinstauração do REIQ – Regime Especial da Indústria química.

2 DISCUSSÕES

2.1 RELATÓRIO DO GT DE REVISÃO DO PNF

A discussão foi precedida por apresentação do senhor Bruno Calligaris, da SDIC, sobre os resultados do GT de Revisão do PNF. Apresentação mostrou o escopo dos trabalhos, o importe das modificações, exemplos da lógica de revisão e indicou a necessidade de continuidade dos trabalhos com a elaboração das carteiras de indicadores e de projetos, para assegurar a exequibilidade do Plano.

Foi explicado que o foco dos trabalhos foram as metas e ações, só que agora de modo articulado entre si, com o objetivo de respeitar as prescrições já contidas no Decreto nº 10.991/22. Eram originalmente 84 metas e 125 ações, que resultaram agora em 27 metas e 169 ações articuladas entre si. A nova organização e o modelo de governança propostos permitiriam que as câmaras técnicas fizessem o acompanhamento da execução, por meio de projetos e indicadores.

Foram expostos, de modo exemplificativo, algumas ações, concatenadas às diretrizes correspondentes.

As discussões foram instruídas por meio da disponibilização das minutas de resolução do CONFERT sobre a aprovação do relatório final do GT, do PNF, e do modelo de governança, que englobavam a elaboração e a gestão das carteiras de projetos e de indicadores. O relatório do GT, com resumo do conteúdo do PNF e com as minutas de resolução pertinentes, foi enviado para os participantes previamente, de forma eletrônica.

O Presidente do CONFERT destacou alguns pontos:

- Fábrica de amônia e uréia em Três Lagoas/MS (Petrobrás)
- Fábrica de amônia e uréia em Araucária/PR (Petrobrás)
- Fábricas de amônia e uréia da Unigel em SE e BA.
- Contingências da produção de potássio em Autazes/AM, Santa Quitéria/CE, Três Estradas - Lavras/RS, Santana/PA

Deliberou-se pela aprovação do PNF e das propostas pertinentes. Observa-se que a proposta de realização de consulta pública não foi pautada, discutida ou deliberada, não tendo sido considerada pelo Conselho, a despeito das disposições a respeito no relatório do GT.

2.2 APOIO AO MOU BRASIL-BOLÍVIA SOBRE FERTILIZANTES E MATÉRIA PRIMA, FACULTA ADESÃO AOS DEMAIS MEMBROS

Realizada apresentação pelo MAPA – relato sobre as tratativas do MOU sobre a produção de fertilizantes, em especial de nitrogenados e potássio. Processo estaria em tratamento no MDIC, MME e MAPA. A expectativa do Ministro da Agricultura seria a viabilização da assinatura do documento para a reunião do Mercosul no Rio de Janeiro, no dia 7 de dezembro.

2.3 PROGRAMA DE REMINERALIZADORES

O MME comentou sobre os trabalhos do GT de remineralizadores, que culminou em proposta da instituição de Programa de Remineralizadores.

A exposição foi apoiada por meio da distribuição da minuta para a instituição de Programa de Remineralizadores.

Deliberou-se pela aprovação da resolução de instituição de Programa de Remineralizadores.

2.4 RELATÓRIO DO GT DO CENTRO DE EXCELÊNCIA EM FERTILIZANTES E PRORROGAÇÃO TRABALHOS

Fala de Vinícius Benites da Embrapa defendeu a continuidade da iniciativa e da necessidade da prorrogação dos trabalhos do GT. Indicou o interesse do setor produtivo, mencionou a visita ao centro da IFDC no Alabama e a manifestação de interesse de adesão ao centro por 5 estados (SP, MT, RJ, PR, MG). RJ haveria cedido área para a instalação do núcleo do CEFENP. Os trabalhos do GT seriam encerrados no fim de novembro e haveria necessidade de prorrogação.

O representante do MAPA, Cleber Soares, em nome do Ministro da Agricultura, manifestou apoio à prorrogação e à iniciativa de criação do CEFENP. Defendeu a inclusão do MCTI na atividade.

O representante do MMA, Adalberto Maluf, reconheceu a importância da iniciativa e destacou ações quanto à produção de fertilizantes de base orgânica.

Deliberou-se pela prorrogação dos trabalhos do GT até a próxima reunião do CONFERT.

2.5 ENCAMINHAMENTO À RFB DE RECOMENDAÇÃO DE REVISÃO DE RECLASSIFICAÇÃO F DE PRODUTOS FERTILIZANTES

Bruno Calligaris do MDIC procedeu à apresentação da situação e dos argumentos que subsidiariam a edição pelo CONFERT de recomendação à Receita Federal do Brasil para a revisão de seu entendimento sobre a reclassificação, quanto à essencialidade, de fertilizantes com base em micronutrientes ou com macronutrientes secundários, que teria onerado os produtores. Um dos argumentos para a revisão seria a importância desses produtos para a redução da dependência externa de fertilizantes. Alguns elementos que têm outros usos, como o boro, deveriam ser reclassificados no capítulo 31, e não no 28, quando usados como fertilizantes.

Passou-se a palavra para o presidente da Abisol, Clorivaldo Levrero, que complementou a apresentação realizada com informações sobre o caso concreto, sobre a função nutricional de elementos químicos, sobre a classificação de elementos na NCM e sobre a falsidade do argumento da RFB sobre essencialidade do nutriente para a reclassificação, do ponto de vista agrônomo. Apontou que o prejuízo para os produtores montaria a cerca de R\$ 1,5 bilhões, sem considerar juros e multas, que o aumento de tributos implicaria custos adicionais de cerca de R\$ 400 milhões anuais, e que estaria havendo cobrança retroativa por parte da RFB. Apontou, por fim, que a ação da RFB seria contrária ao PNF e que haveria risco à continuidade das atividades de várias empresas do setor.

O representante do Ministério da Fazenda observou que se trataria de caso dependente de estudo e avaliação pela RFB.

As discussões foram subsidiadas pela disponibilização de minuta da recomendação eventualmente

deliberada.

Deliberou-se positivamente em relação à recomendação à RFB, para reavaliação da Nota Interpretativa n. 6/2022, para a avaliação da redação de normas sobre o tema, para a inclusão de outros fertilizantes minerais ou químicos, que contivesse 2 ou 3 dos nutrientes N, P ou K; bem como que avaliasse a criação de outras posições no capítulo 31 da NCM.

2.6 ENCERRAMENTO DA FASE 1 DA CARAVANA REDE FERTBRASIL E APOIO À FASE 2

Passou-se a palavra a Jefferson Costa, da Embrapa, que realizou apresentação sobre as atividades da Caravana, com exposição das ações já realizadas e dos resultados alcançados, que teria alcançado 50 polos agrícolas, abrangendo 70.000 há, e treinado 8269 técnicos. Apontou, também a necessidade da realização de nova etapa da Caravana, com foco em agricultores tradicionais. O custo incorrido na 1ª fase teria sido de R\$ 2,1 milhões. Informou que para cada real investido na iniciativa, haveria retorno de R\$34,00 em 2022. A proposta de executar a fase 2 teria sido avaliada favoravelmente pela Câmara Técnica de Uso e Aplicação de Fertilizantes Nitrogenados, Fosfáticos e Potássicos, teria duração de 30 meses e custo de R\$ 3 milhões. Seriam duas etapas, a 1ª seria presencial e atingiria 60 polos agrícolas; a 2ª seria digital, fundamentada em estratégias de EaD.

O presidente enalteceu a apresentação e a iniciativa e instou o MAPA, o MDA e a CNA a apoiarem a Caravana.

A palavra foi passada à Ministra do Desenvolvimento Agrário interina, Fernanda Machiavelli, que enalteceu a parceria com a Embrapa e o PNF, em especial quanto aos fertilizantes de base orgânica e remineralizadores, por sua importância para a agricultura familiar e para a soberania alimentar do Brasil.

A palavra foi passada a Bruno Lucchi, da CNA, que enalteceu a Caravana e ofereceu apoio à iniciativa.

O presidente encerrou a fase de deliberações indicando a aprovação da continuidade da Caravana.

3 INFORMES GERAIS E DEBATES

3.1 SITUAÇÃO PARA RETOMADA DA FAFEN/PR, CONCLUSÃO DAS OBRAS DA UFN3/M TRATATIVAS COM UNIGEL ACERCA DAS OPERAÇÕES DAS FAFENS DE SERGIPE E BAHIA

João Paulo Madruga, representante da Petrobras, elogiou a reunião e o papel que o Governo vem realizando no setor. Informou da reorientação estratégica da Petrobras, que viabilizou o retorno da empresa ao tratamento de questões relacionadas com a produção de fertilizantes. Apontou a expectativa de retomada das atividades da FAFEN/PR para o fim de 2024. Sobre a unidade no MS, ainda estão em estudos de viabilidade econômica, têm a expectativa de que em fins de 2024, se tudo correr bem será iniciada a licitação para a retomada das obras da unidade. Com relação às FAFEN de SE e BA, o assunto vem sendo tratado em GT específico, que busca soluções para a reativação das plantas.

O Presidente abriu a palavra.

Roberto Noronha, da CNI, apontou o cenário difícil do setor produtivo, mas indicou estar esperançoso com as ações que vem sendo empreendidas. Para ele, as ações atuais seriam positivas, mas no sentido estrutural não. Apontou se o momento atual um de emergência, para se manter as unidades abertas. Posteriormente, esperava o resultado do PL 4338, para subvenção à produção. No geral, contudo, o que seria necessário era choque de oferta e investimento em infraestrutura para tornar viável a produção de nitrogenados no Brasil.

O Presidente, em troca com o representante da Petrobras, estimou que com a entrada em funcionamento da Rota 3 em 2024, a produção nacional de gás natural passaria de 50 para 68 milhões de toneladas e 86 milhões em 2028 com a Equinor.

Ademir Jacinto da Federação dos Petroleiros, focou na FAFEN do PR, indicando sua importância para a produção de nitrogenados (8% da produção nacional) e para a economia da região, que viria sofrendo com a demora na reativação da planta.

Cleber Soares do MAPA, indicou a necessidade de seguimento de dois caminhos: o PL do Profert, que já teria sido discutido e apoiado pelo CONFERT, e o PL 3448/23 que proporia subsídios para o setor. Estes

projetos teriam apoio do MAPA e seriam essenciais para reduzir a dependência externa do Brasil.

Vinicius Benites, da Embrapa, chamou a atenção para a questão das tecnologias do hidrogênio eletrolítico, apontando o desejo de que a Câmara Temática de Ciência e Inovação, pois considerando as potencialidades do Brasil, seria viável a produção e exportação de ureia verde no médio prazo.

O Presidente observou a questão dos preços quanto às novas rotas tecnológicas.

Júlio Nery do Ibram levantou a questão da necessidade de o Governo atentar para o projeto de Autazes, que, em sua opinião, seria a única alternativa minimamente viável para o aumento da produção nacional de potássio no médio prazo (10 anos).

O Presidente reconheceu a importância do tema, dado que no caso de produção de potássio e fósforo, há a necessidade de mineração e, portanto, a disponibilidade ou não do recurso.

Carlos Humberto, Secretário de Estado de Tocantins, mencionou o projeto de Itafoz, para a produção de fosfatos e ácido sulfúrico no Município de Arraias, para o qual o PNF teria sido importante.

O Presidente cumprimentou o Governador de Tocantins, por intermédio do Secretário.

3.2 CNAE PARA O SEGMENTO DE FERTILIZANTES ORGÂNICOS

Cloraldo Levrero, da Abisolo, expôs a situação do pleito de código CNAE específico para a produção de fertilizantes orgânicos. A situação atual seria detrimental para o setor, na medida em que a atividade estaria sendo classificada como de alto risco. Tendo em vista manifestação passada do CONFERT, o pedido de criação de nova posição já teria sido feito ao IBGE e estaria progredindo no sentido da aprimoração dos descritores do CNAE, a serem avaliados no próximo CONCLA. Finalizou por solicitar acompanhamento da iniciativa pelo CONFERT.

A representante do MDA apoiou a medida.

4 OUTROS ASSUNTOS

Bernardo Silva, do SINPRIFERT, cumprimentou o conselho e enalteceu a iniciativa de revisão do PNF e o coordenador desses esforços, o servidor Bruno Calligaris. Expôs a situação de dependência do mercado de fertilizante brasileiros a produtos importados, indicando que seriam necessários, no mínimo 55 bilhões, só em capacidade produtiva, para aumentar a produção em 8x, de modo a superar a dependência, isso num cenário em que seria necessário aumentar a produção de alimentos em 70% para atendimento da demanda mundial por alimentos. Indicou a necessidade de o PNF de trazer medidas para efetivamente tratar a situação. Indicou que o setor está interessado em investir, mas seria necessário horizonte de maior certeza no longo prazo. Seria necessário efetivar e priorizar as ações do PNF e colocou o SINPRIFERT à disposição para ajudar.

Ricardo Tortorella da ANDA, mencionou a ansiedade do setor privado por medidas sobre os setores de fosfatos e potássicos, tendo em vista a prioridade dada pelos nitrogenados, bem como expectativas por resultados e a disposição em ajudar. Levantou as questões de energia e clima, insistindo que o Brasil teria de aproveitar as oportunidades atualmente abertas.

Rodolfo Galvani, indicou a relevância dos fertilizantes à base de N, P e K para a agricultura e para a sustentação da humanidade. Reconheceu que os fertilizantes orgânicos tem um importante papel a desempenhar, mas seriam coadjuvantes. Indicou que os fertilizantes N,P,K são a base da nutrição de plantas e que a sua invenção estaria entre as três que teriam salvado mais de um bilhão de vidas: saneamento básico, vacinas e fertilizantes químicos. Indicou que o principal problema dos nitrogenados é o preço do gás no Brasil, que teria sido por isso que a Petrobras teria parado as próprias fábricas, e que se não houve mudança na política de preços de gás a produção de fertilizantes não haveria produção de nitrogenados no Brasil. Com relação ao fósforo e ao potássio, o problema seria de licenciamento, que precisaria ser agilizado. Seria necessária atenção à questão do convênio 100, cujo retorno inviabilizaria a produção de fertilizantes no País. Finalizou indicando a necessidade de financiamento mais barato, pois juros de 13% ao ano seriam inviáveis. Propugnou a ideia das debêntures incentivadas para o setor.

Marcelo Pimentel, da ABIQUIM, reconheceu a importância do trabalho com o REIQ e com o gás natural,

mencionando os esforços do Presidente, do Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, do Diretor do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Insumos e Materiais Intermediários e do Coordenador-Geral das Indústrias Química e Petroquímica.

Jaime Café, Secretário da Agricultura de Tocantins enfatizou a produção dos bioinsumos na absorção de NPK, que por seu custo seriam de interesse do agricultor familiar. Manifestou interesse em abrigar hub do CEFENP em Palmas.

O Ministro indicou à SDIC que trabalhasse no seguimento das deliberações do CONFERT, bem como o reforço nas questões do gás para a indústria. Quanto à questão de licenciamento, mostrou disposição em aperfeiçoar os mecanismos, fazendo ressalvas aos questionamentos decorrentes das ações do Ministério Público e do Judiciário.

5 ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Documento assinado eletronicamente

BRUNO BARCELOS LUCCHI

Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil

Documento assinado eletronicamente

ROBERTO NORONHA

Confederação Nacional da Indústria

Documento assinado eletronicamente

ADALBERTO FELICIO MALUF FILHO

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Documento assinado eletronicamente

JOÃO PAULO MENDES MADRUGA

Petrobras

Documento assinado eletronicamente

VINÍCIUS DE MELO BENITES

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Documento assinado eletronicamente

FERNANDA MACHIAVELI MORÃO DE OLIVEIRA

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Documento assinado eletronicamente

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO

Presidente do Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Barcelos Lucchi**, **Usuário Externo**, em 15/12/2023, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius de Melo Benites**, **Usuário Externo**, em 21/12/2023, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira**, **Usuário Externo**, em 22/12/2023, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adalberto Felício Maluf Filho, Usuário Externo**, em 17/01/2024, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO NORONHA SANTOS, Usuário Externo**, em 17/01/2024, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, Ministro(a) de Estado**, em 26/03/2024, às 20:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38889674** e o código CRC **40F01329**.
